

O sindicalismo ferroviário no Barreiro

O Barreiro despertou para o caminho-de-ferro em 1854 quando foi iniciada a construção do troço para Sul de uma linha que deveria seguir para sul do país e eventualmente para Espanha.

À antiga praia da Recosta ó local escolhido para a construção da estação ó é iniciado o processo de depósito de materiais para a construção da linha-férrea, assim como, os primeiros operários. A pequena vila piscatória via nascer a cerca de dois quilómetros do seu centro populacional uma construção em pedra que se tornaria no ano da sua inauguração ó 1861 ó o maior edifício do concelho: a estação de caminhos-de-ferro.

Tal como acontecera noutras vilas e cidades europeias, o caminho-de-ferro tornou-se um motor de desenvolvimento urbano e industrial. O Barreiro cresce em direcção à nova estação e novas indústrias instalam-se na vila, em particular, a corticeira, em resultado do movimento de mercadorias que o comboio transporta. Também a partir de 1864 são instaladas em definitivo oficinas de material junto da estação, com mão-de-obra inglesa e portuguesa, encarregada de transformar as locomotivas e carruagens da via estreita original para via larga.

Aos primeiros funcionários da estação e máquinas, veio somar-se a partir de 1882 os operários encarregados da construção de um novo aterro defronte da estação ferroviária para a instalação de um novo terminal ferroviário, desta vez, com a vertente fluvial. A nova estação seria inaugurada em 1884 tendo a antiga estação passado a funcionar como oficinas de manutenção do material circulante.

Segundo José Augusto Pimenta¹ em 1886 o número de ferroviários já rondaria os quinhentos, sendo que as oficinas trabalhavam cerca de 165. Os ferroviários passam a representar, cada vez mais, uma importante parte da população. A classe ferroviária estava dividida em pessoal das máquinas (deslocado em geral de outros pontos do país, formado pela própria empresa e estava ligado ao movimento das locomotivas, dos vapores e das fragatas) e pessoal das Oficinas (responsável pela manutenção do material e construção de outro)².

¹ PIMENTA, José Augusto, «Memória Histórica e Descritiva da Vila do Barreiro», Lisboa, 1886.

² ALMEIDA; Ana Nunes de. «A Fábrica e a Família», CMB, 2ª ed., 1998.

Seguindo o exemplo da classe corticeira, que nos finais do século XIX estava bastante organizada, os ferroviários do Barreiro criam a sua primeira Associação através de uma corporação de bombeiros fundada em 1894 e que chegou aos nossos dias. Dois anos depois estava a funcionar o armazém de consumo da Caixa de Socorros Mútuos do Caminho-de-Ferro.

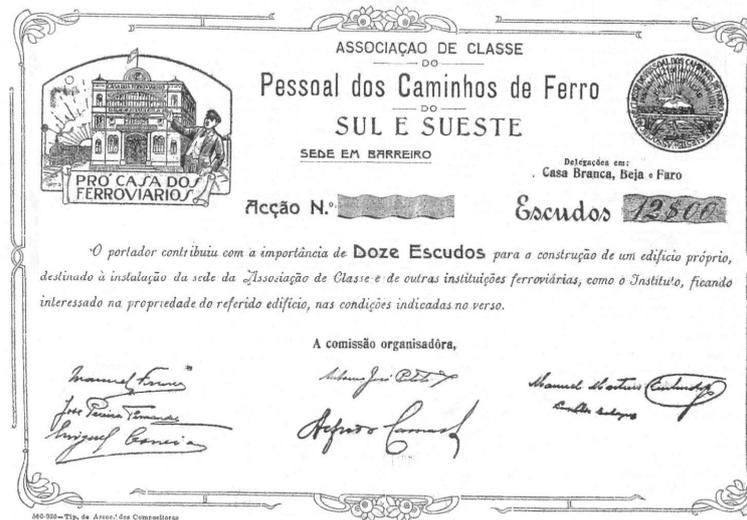
Entre 1903 e 1909 os ferroviários do Sul e Sueste criam a sua primeira forma de organização de classe, com a Associação de Classe Metalúrgica e Artes Anexas. Em 1909 é criado no Porto a União Ferroviária que representava todas as companhias portuguesas.

A implementação da República, fervorosamente apoiada pelos ferroviários, rapidamente se torna um «fruto amargo» para a classe ainda bastante dividida em ofícios e outras companhias de caminhos-de-ferro. Esta é a razão que explica a fundação por oito trabalhadores das Oficinas Gerais, a 21 de Novembro de 1914, da Associação de Classe dos Ferroviários do Sul e Sueste, que em 1917 tinha apenas 102 associados. Já em 1911 fora fundada a Associação de Condutores e Guarda-Freios do Sul e Sueste com 80 sócios, numa classe que contava com 117 profissionais. Será apenas em Assembleia-geral de 27 de Dezembro de 1917 que a classe se organiza ao ser considerado que todos os ferroviários são potenciais associados, passando a associação de classe a denominar-se Sindicato. Só então a pequena associação de 102 associados passa para 500 inscritos. A primeira sede do Sindicato estava localizada num andar alugado na rua Aguiar, com o n.º 282.

A 7 de Setembro de 1919 nascia o órgão de divulgação do movimento sindical dos ferroviários das linhas do Sul e Sueste: o jornal «Sul e Sueste». Como principal redactor surgia Miguel Correia, que no mesmo mês desse ano, passava a ser o secretário-adjunto da Confederação Geral do Trabalho que substituíra a «União Operária Nacional».

A distribuição do jornal «Sul e Sueste» coincide com o auge de grandes lutas operárias por melhores salários e condições de trabalho, que originou nesse ano de 1919 uma greve de 40 dias. Não restam dúvidas de que os anos de ouro da luta dos ferroviários do Barreiro (muitas vezes englobada num âmbito nacional) correspondem à acentuação da corrente sindicalista revolucionária (ou anarco-sindicalista) na Associação de Classe e depois no sindicato.

A construção de uma sede apropriada para o Sindicato remonta a 14 de Março de 1920³. O comité encarregado da sua construção estipulou que, em vez de se pedir aos ferroviários uma pequena quantia periodicamente, se retirasse do vencimento dos associados duma vez o que fosse marcado pela classe para que a construção do edifício começasse sem delongas.



Acção impressa para a construção da sede dos ferroviários.
Fonte: Jornal «O Sul e Sueste» - 1920

Assim, em plenário de 22 de Março de 1920 era decidido que cada ferroviário deveria contribuir com 12 escudos de uma vez⁴, recebendo para o efeito, uma acção. As condições aprovadas foram as seguintes:

- 1 ó A contribuição para a construção do edifício é realizada directa e voluntariamente por cada ferroviário;
- 2 - O capital inicial é constituído por acções de valor nominal, representativas de 72.000\$00 (setenta e dois contos); sub-divididas em 4.000 acções de 12\$00, 2.000 de 6\$00 e 6.000 de 2\$00;
- 3 ó Os juros do capital acumulado reverterão para o fundo de reserva da Associação de Classe;
- 4 ó As acções só poderão ser adquiridas por ferroviários do Sul e Sueste;
- 5 ó Os accionistas participarão do direito de propriedade em harmonia com as disposições da lei, tendo interferência directa na assembleia-geral de accionistas;
- 6 ó Todo o accionista poderá formular as suas reclamações à comissão pró-casa dos ferroviários;

³ O Sul e Sueste, 14 de Março de 1920, n.º 20.

⁴ Que correspondia a cerca de 1/6 do ordenado médio de um trabalhador das oficinas do Barreiro.

7 ó A comissão fica subordinada à assembleia-geral de accionistas que poderá ser convocada pela própria comissão, ou por 40 accionistas em requerimento dirigido ao secretário da mesma;

8 ó Às assembleias-gerais assistirão sempre o presidente da Associação de Classe e dois membros do Conselho Fiscal;

9 ó A comissão pró-casa dos ferroviários funcionará na sede da Associação de Classe;

10 ó Para ser facultada a entrada a qualquer accionista na assembleia-geral terá este de apresentar as acções que possui, devidamente rubricadas pelo próprio;

11 ó As acções quando apresentadas por indivíduos que não sejam ferroviários do Sul e Sueste consideram-se nulas;

12 ó Nenhuma acção é válida sem o selo em branco da Associação de Classe e a assinatura do portador.

13 ó Só são considerados fundadores, com direito de propriedade os ferroviários que adquiriram acções até à importância mínima de 12\$00.

Um mês depois as contribuições recolhidas já somavam 38 contos. A 31 de Maio o balanço era de 44.046\$00 com as acções de 12\$00 a serem as mais adquiridas.

Infelizmente a greve de 30 de Setembro de 1920 com a duração de 70 dias esvaziou os cofres da Associação de Classe, já que a quantia recolhida teve de ser utilizada para pagar ordenados aos grevistas e subsidiar famílias de outros presos ou despedidos.

Apesar da duração de 70 dias a greve não teve êxito, tendo sido despedidos como represália os elementos mais "rebeldes" e presos os líderes sindicais, incluindo o telegrafista Miguel Correia, dirigente da CGT anarquista e "o maior agitador ferroviário que houve em Portugal", segundo alguns. Sucederia na redacção do «Sul e Sueste» José Nobre Madeira até ao golpe de 28 de Maio de 1926.

Contudo, o Sindicato ao tomar conhecimento de que a proprietária do Teatro República na rua Almirante Reis estava interessada na venda do seu espaço, são efectuadas de imediato as diligências necessárias para que a 30 de Setembro de 1922 fosse assinada a escritura de venda do Teatro República, para futura Casa dos Ferroviários, entre a D. Amélia Gonçalves Clímaco e os directores da Sociedade Industrial Tipográfica e Teatral dos Ferroviários, sociedade esta, criada propositadamente para gerir a Casa dos Ferroviários, obração cultural e sede do Sindicato.

Para se proceder à compra do edifício foram emitidos novos títulos de dívida no valor máximo de 15\$00 para serem adquiridos pelos ferroviários.



Primeira página do jornal «Sul e Sueste» e programa alusivo à inauguração da sede (Abril de 1922)

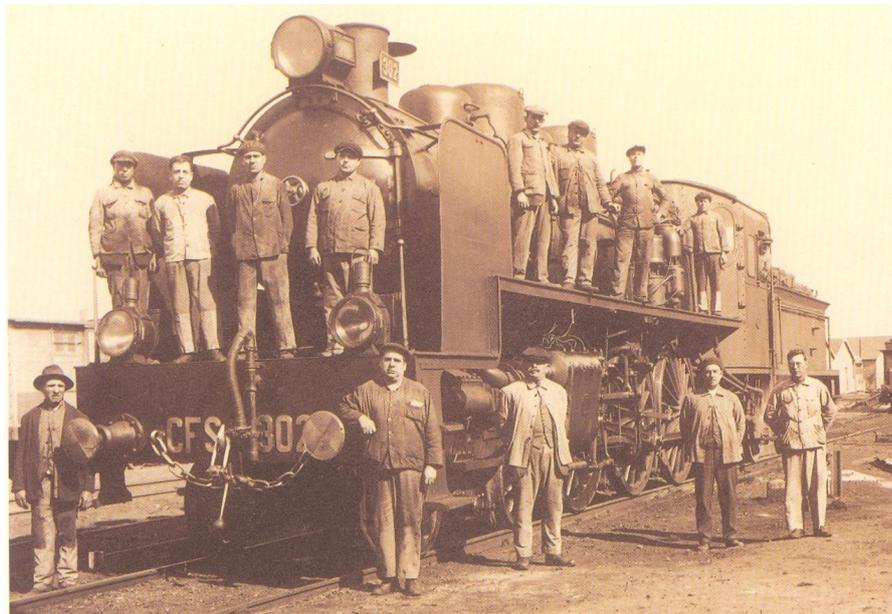
Aquela que seria a «Casa dos Ferroviários» do Barreiro durante vários anos foi inaugurada a 26 de Novembro de 1922. Do programa desse dia ficamos a saber que os festejos iniciaram-se às 7 horas, com alvorada pelas bandas da Sociedades Instrução e Recreio Barreirense e Democrática União Barreirense. Entre as 11 e as 12 horas chegaram as crianças filhas dos ferroviários e enquanto era servida uma refeição, as duas bandas tocavam alguns números. Por fim, às 13 horas foi efectuada a recepção pelos representantes do Sindicato, da Casa dos Ferroviários e pelas crianças, na esplanada aos conferencistas Cristiano de Carvalho e Nogueira de Brito, delegados da Organização Operária e a ferroviários e seus amigos, tendo então se procedido à inauguração da «Casa dos Ferroviários». Segundo o jornal «A Batalha», «o antigo Teatro República vestia galas e o frontispício achava-se revestido de uma cortina que à chegada dos visitantes caiu entre uma salva de palmas, deixando a descoberto o título: Casa dos Ferroviários do Sul e Sueste.⁵»

As lutas do Sindicato e dos trabalhadores que representava por melhores salários e condições de trabalho, assim como, contra a possível privatização da Companhia de caminhos-de-ferro do Sul e Sueste (cobiçada pela CUF), criaram um grande

⁵ A Batalha - diário sindicalista, de 28 de Novembro de 1922, ano IV, n.º 1229.

descontentamento pela 1ª república. Não foi assim sem surpresa que aquando da eclosão do golpe militar de 1926, Miguel Correia, que já estivera quatro vezes preso nas cadeias da República, negociou um compromisso com os revoltosos, prometendo-lhes a paralisação do tráfego normal e todas as facilidades para o transporte de tropas. Contudo, rapidamente se apercebe do seu erro quando o "Sul e Sueste" foi sujeito a censura prévia (como todos os jornais sindicais) e ele próprio era novamente preso em Setembro de 1926 e deportado para Cabo Verde (e mais tarde para Lourenço Marques).

Em Maio de 1927, era assinado o arrendamento das linhas do Sul e Sueste (CFE) à Companhia de Caminhos de Ferro Portugueses (CP), correspondendo na prática à sua privatização, arrastando graves consequências na diminuição dos postos de trabalho e de outras regalias.



Grupo de ferroviários numa locomotiva a vapor nas Oficinas do Barreiro (década de 1930)

Boletim da CP

A privatização das linhas do Estado, assumiu os contornos de "vingança política", acrescida dos castigos aplicados a propósito do movimento insurreccional de Fevereiro de 1927. Este golpe começou no Porto a 3 de Fevereiro e terminaria sufocado em Lisboa a 9 do mesmo mês, sendo a primeira grande tentativa contra a ditadura e terá tido como motivação próxima o arrendamento das linhas do Estado, já então em adiantado estado de preparação. Teve alguma expressão no Barreiro, sobretudo nos meios republicanos, cujo objectivo era ganhar para a causa o Quartel dos Fuzileiros. Uma concentração de apoiantes na praia do Mexilhoeiro foi bombardeada a partir de um

vaso de guerra no Tejo, na madrugada do dia 7 de Fevereiro. Os ferroviários do Sul e Sueste iniciaram neste contexto uma greve no dia 4 de Fevereiro, todavia sem grande participação e aqueles que entraram no movimento foram exemplarmente castigados: O Sindicato foi encerrado (reabriria meses depois), e o que restava da Federação Ferroviária, a nível nacional (de tendência anarco-sindicalista), passou à clandestinidade, tendo os seus líderes, Manuel Rijo e Mário Castelhana sido presos e mais tarde deportados para o Tarrafal, onde o segundo viria a falecer, vítima das condições de detenção.

O último e rude golpe na organização e espírito de luta da classe ferroviária manifestado durante décadas na defesa de direitos e melhores condições de vida, seria dado pouco depois com a publicação da Constituição de 1933, que proibia a greve, e com a promulgação do Estatuto do Trabalho Nacional. O governo de Salazar, chegado à Presidência do Conselho em Julho de 1932, ilegalizou o Sindicato dos Ferroviários e proibiu o seu órgão, o «Sul e Sueste», ainda antes de, em 1 de Janeiro de 1934, publicar o decreto proibindo e dissolvendo os sindicatos livres. Em 1935 foi então criado o Sindicato Nacional dos Ferroviários do Sul de Portugal (Pessoal de Oficinas e Armazéns Gerais), com aprovação dos seus estatutos por alvará de 31 de Dezembro de 1938.

Em 1951 eram publicados os novos estatutos do Sindicato Nacional dos Ferroviários do Sul, aprovados por alvará de 19 de Novembro de 1949. Os estatutos estavam conforme a lei corporativa do Estado Novo, logo, o Sindicato dos Ferroviários obrigava-se a *«subordinar os seus interesses ao interesse da economia nacional em colaboração com o Estado e com os órgãos superiores da produção e do trabalho; a repudiar a luta de classes e a renunciar a qualquer forma de actividade interna ou externa, contrária aos interesses na Nação portuguesa; a solicitar autorização prévia ao Governo para se filiar ou colaborar, com quaisquer organismos de carácter internacional e bem assim para se fazer representar em congressos ou manifestações internacionais; a não contribuir monetariamente para a manutenção de quaisquer organismos de carácter internacional sem obter prévia aprovação do Governo.»*⁶

A partir desta data o Sindicato dos Ferroviários e a sua Casa terão uma existência relativamente pacífica até ao 25 de Abril de 1974, que permitiu então recuperar liberdades perdidas.

⁶ Estatutos do Sindicato Nacional dos Ferroviários do Sul de Portugal, 1951, Tipografia Comercial, Barreiro, pág. 6.

A 21 de Maio de 1976 era instituída a Federação dos Sindicatos Ferroviários, com sede em Lisboa, associação sindical de todos os sindicatos ferroviários existentes. O edifício da Rua Almirante Reis ó a Casa dos Ferroviários ó voltou então a albergar o Sindicato dos Ferroviários do Sul, que durante o resto da década de 70 até meados da década de 1980 voltaria a desempenhar diversas actividades tanto lúdicas e culturais, como diversas lutas na defesa dos interesses dos ferroviários e das suas famílias.

Neste momento a antiga Casa dos Ferroviários, em avançado estado de degradação, aguarda obras que darão uma sede renovada ao Sindicato dos Ferroviários do Sul, por enquanto, em instalações provisórias.





O fundo documental do Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Caminhos-de-ferro do Sul (ESF): tratar para preservar

A história de cada época ou de cada local é feita com documentos, registos, memórias, tradições. Muitos documentos, que em si encerram o próprio curso da história, não chegam aos nossos dias pelo desgaste que tiveram por motivos extrínsecos ou intrínsecos ao próprio homem. Mas há documentos que perduraram ao longo dos tempos, que chegaram até nós e que, dessa forma, nos permitem conhecer a evolução de uma instituição, local ou de determinada época histórica.

O Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Caminhos-de-ferro do Sul, fundado a 27 de Dezembro de 1917, designado a partir de então por Sindicato dos Ferroviários, mantém pouca documentação dos seus primeiros anos de vida, o que se explica talvez pelas características da própria instituição e pelas condições pouco próprias a que a documentação foi sendo sujeita ao longo dos anos. Essa documentação, à época, traduzia o registo das suas funções e actividades diárias e tinha, na altura, um único valor: o de garantia e fundamento de actos, factos e acontecimentos. No entanto, e como sempre acontece, com o passar dos anos a documentação vai perdendo o seu valor activo e probatório e passa a ter valor histórico.

Aos nossos dias, esta documentação já encerrou o seu ciclo de vida. O seu valor activo ou primário deu lugar ao valor informativo, histórico, cultural, razão pela qual se

conserva e, agora, se divulga esta documentação. É este valor informativo e histórico que justifica a tarefa arquivística empreendida sobre o acervo documental em questão. Através deste acervo documental podemos, hoje, conhecer como funcionava e que lutas travava o Sindicato em meados do séc. XX e, a partir daí, compreender a história do nosso concelho à luz daquela época porque é pelo conhecimento da história passada que se vive o presente e se constrói o futuro.

Com o tratamento arquivístico do fundo documental do Sindicato dos Ferroviários do Sul, surge um importante instrumento de descrição documental ficando, desta forma, a documentação acessível aos leitores e sendo possível a recuperação da informação que a mesma encerra. Cumpre-se assim num preceito arquivístico fundamental: tratamento e organização da documentação por forma possibilitar a sua divulgação.

A divulgação dos documentos marcantes da nossa história e identidade é um imperativo de consciência para todos aqueles que prezam a memória dos tempos.



Breve história do fundo documental e metodologia para o seu tratamento

Como foi atrás referido, o Sindicato dos Ferroviários não possui documentação da data da sua fundação, nem dos anos que se seguiram. De facto, o documento mais antigo data de 1938 e inclui-se na série documental ã Propostas de admissão de sócios. Grande parte da documentação inventariada é posterior a 1975, e apenas essa resistiu até aos nossos dias, mesmo assim muita em avançado estado de degradação.

Tendo tido conhecimento de que nas instalações da Casa dos Ferroviários encontravam-se, em avançado estado de deterioração, muitos documentos resultantes de anos de actividade do Sindicato dos Ferroviários, o Gabinete de Arquivo e Gestão Documental teve acesso a essa documentação, com o objectivo de a recuperar, organizar e classificar.

A documentação foi retirada daquele espaço e levada para outras instalações camarárias onde foi limpa e expurgada, pois encontrava-se bastante suja e com sinais nítidos de humidade. Só depois desta fase, foi levada para instalações do Arquivo onde pôde ser incorporada, sem risco de contágio à restante documentação de arquivo.

Foi feito um levantamento inicial da documentação onde se pretendia apenas listar, de uma forma breve, os assuntos existentes pois nada restou de um plano de arquivo que possa ter sido usado pelo Sindicato. Foram criadas umas fichas de descrição (uma por item ou peça, ou seja, por documento seja livro, pasta ou mesmo folha solta) que foram sendo preenchidas à medida que descrevíamos os documentos mais pormenorizadamente. Nessas fichas era referido o assunto, datas extremas, estado de conservação entre outros dados considerados pertinentes. Após cada item ou peça (livro ou folha) ter uma ficha individual, estas foram agrupadas por assuntos sendo-lhes atribuída uma cota própria.

Foi nesta fase que criamos e introduzimos um Quadro de Classificação, específico para esta instituição e para esta documentação. Este Quadro de Classificação atendeu às áreas temático-funcionais em que se desenvolveu a acção do serviço produtor. Ao nível da designação das séries fomos, sempre que possível, fiéis à designação original ou à pré-existente, procedendo de igual forma no que respeita à sua ordenação. Dentro de cada série/assunto encontramos o critério cronológico.

A maioria da documentação encontrava-se organizada sob a forma de dossiers (pastas), sendo ainda perceptível o título escrito na lombada, o que facilitou a sua organização. No entanto, existiam também, arrumadas muitas folhas soltas em capilhas sem qualquer ordem ou se a tinham não estavam identificadas. O que se fez, nestes casos, foi uma descrição mais pormenorizada do seu assunto e o seu reenquadramento na área orgânico-funcional a que fazia sentido pertencerem.

A organização das séries documentais do fundo do Sindicato dos Ferroviários baseou-se num Quadro de Classificação preparado exclusivamente para este caso. Foram analisadas todas as séries documentais e tidas em conta todas as áreas orgânicas da instituição o que culminou no Quadro que a seguir se apresenta. Pretende-se que o mesmo espelhe as actividades desenvolvidas por esta instituição durante toda a sua existência, bem como permita conhecer e aprofundar o seu papel no concelho onde se insere.

O fundo do Sindicato dos Ferroviários tem como balizas temporais de **1938 até 1999**. É composto por 69 livros, 293 caixas de arquivo, 5 caixas de arquivo fotográfico (com 81 fotografias), 5 caixas com publicações periódicas e 394 livros que constavam da Biblioteca do Sindicato. Ou seja, um total de **766 unidades de instalação, o que se traduz em cerca de 3000 metros lineares de documentação**.

O fundo está, a partir desta data, tratado e disponível para consulta. Apresenta as áreas e séries documentais que a seguir se descrevem.

Como apontamento final, pareceu-nos importante «descodificar» as cotas atribuídas aos documentos de modo a que sejam completamente inteligíveis para ao leitor. Assim, temos:

Espólio com

- A ó Fundo Documental
- B ó Fundo Fotográfico
- C ó Acervo Bibliográfico

ESF ó Fundo

A ó Secção

01 ó Subsecção

06 ó Série documental

Caixa (Cx.); Livro (Lv.) ó data

ESF (Espólio Sindicato dos Ferroviários)

ESF/A/01.06/Cx. 01 ó 1975

QUADRO DE CLASSIFICAÇÃO

ESF/A ó Fundo Documental

01 ó Administração

- 01.01 ó Actas da Assembleia ó geral
- 01.02 ó Presenças nas reuniões da Assembleia-geral
- 01.03 - Actas da direcção do sindicato
- 01.04 ó Actas de reuniões da direcção com pessoal das Oficinas do Barreiro
- 01.05 ó Actas de reuniões com Conselho de Administração da CP
- 01.06 ó Actas de reuniões com delegados sindicais
- 01.07 ó Actas de reuniões com Comissão de Segurança
- 01.08 ó Regulamentos
- 01.09 ó Acordos de empresa
- 01.10 ó Comunicados aos sócios

02 ó Eleições

- 02.01 ó Pautas de eleições

03 ó Expediente

- 03.01 - Registo da correspondência expedida
- 03.02 ó Registo de correspondência recebida
- 03.03 ó Copiador de correspondência expedida
- 03.04 ó Correspondência com Ministérios e entidades estatais
- 03.05 ó Correspondência com delegações sindicais
- 03.06 ó Correspondência recebida e expedida com a CP / Comissão de Segurança
- 03.07 ó Correspondência com CGTP-IN
- 03.08 ó Correspondência recebida e expedida de outras entidades

04 ó Pessoal

- 04.01 ó Registo de admissão de sócios
- 04.02 ó Boletins de inscrição de sócios
- 04.03 - Fichas de sócios
- 04.04 ó Fichas de sócios das Oficinas Gerais do Barreiro
- 04.05 ó Fichas de delegados sindicais
- 04.06 ó Requerimentos, procurações e atestados
- 04.07 ó Listagens de pessoal
- 04.08 ó Envio e recepção de cartões de associado
- 04.09 ó Autorizações para pagamento de quotas
- 04.10 - Comissão de saneamento
- 04.11 ó Dispensas para actividades sindicais

05 ó Contabilidade

- 05.01 ó Folhas de caixa
- 05.02 ó Folhas de caixa da delegação de Faro
- 05.03 ó Orçamentos
- 05.04 ó Balancetes
- 05.05 ó Extractos de conta
- 05.06 ó Pagamento de impostos
- 05.07 ó Ordens de pagamento

06 ó Jurídico-Contencioso

- 06.01 ó Processos judiciais

07 ó Património

- 07.01 ó Inventários
- 07.02 - Processos de obras

08 - Actividades e eventos

- 08.01 - Organização de festas e comemorações
- 08.02 ó Encontros de trabalhadores

ESF/B ó Fundo Fotográfico

01 ó Positivos

- 01.01 ó Sindicato
- 01.02 ó Festas de Natal
- 01.03 - Encontros de ferroviários
- 01.04 ó Aniversários da nacionalização da CP

02 ó Negativos

ESF/C ó Acervo Bibliográfico

01 ó Publicações periódicas

- 01.01 ó «O Ferroviário»
- 01.02 ó «O Boletim da CP»
- 01.03 ó «A Alavanca»
- 01.04 ó Recortes de jornal

INVENTÁRIO

ESF/A ó Fundo Documental

01 ó Administração

01.01 ó Actas da Assembleia-geral ó 1941 a 1992

ESF/A/01.01/Lv.01 ó 1941/62

ESF/A/01.01/Lv.02 ó 1972/74

ESF/A/01.01/Lv.03 ó 1975/92

01.02 - Presenças nas reuniões da Assembleia-geral ó 1949 a 1988

ESF/A/01.02/Lv.01 ó 1949/75

ESF/A/01.02/Lv.02 ó 1974

ESF/A/01.02/Lv.02 ó 1976/88

01.03 ó Actas da direcção do sindicato ó 1967 a 1999

ESF/A/01.03/Lv.01 ó 1967/72

ESF/A/01.03/Lv.02 ó 1973/75

ESF/A/01.03/Lv.03 ó 1975/80

ESF/A/01.03/Lv.04 ó 1980/84

ESF/A/01.03/Lv.05 ó 1985/94

ESF/A/01.03/Lv.06 ó 1994/96

ESF/A/01.03/Lv.07 ó 1996/99

ESF/A/01.03/Cx.01 ó 1999

01.04 ó Actas de reuniões da direcção com pessoal das Oficinas Barreiro ó 1962 a 1975

ESF/A/01.04/Cx.01 ó 1962/75

01.05 ó Actas de reuniões com Conselho Administração da CP ó 1974 a 1999

ESF/A/01.05/Cx.01 ó 1974/99

01.06 ó Actas de reuniões com delegados sindicais ó 1975 a 1976

ESF/A/01.06/Lv.02 ó 1975

ESF/A/01.06/Lv.02 ó 1976

01.07 ó Actas de reuniões com Comissão de Segurança ó 1972 a 1983

ESF/A/01.07/Mç.01 ó 1972/74

ESF/A/01.08/Lv.01 ó 1983

01.08 ó Regulamentos ó 1954 a 1992

ESF/A/01.08/Cx.01 ó 1954/76

ESF/A/01.08/Cx.02 ó 1975/80

ESF/A/01.08/Cx.03 ó 1983/90

ESF/A/01.08/Cx.04 ó 1985/92

01.09 ó Acordos de empresa ó 1975 a 1996

ESF/A/01.09/Cx.01 ó 1975

ESF/A/01.09/Cx.02 ó 1978/79
ESF/A/01.09/Cx.03 ó 1980
ESF/A/01.09/Cx.04 ó 1981
ESF/A/01.09/Cx.05 ó 1983/84
ESF/A/01.09/Cx.06 ó 1986
ESF/A/01.09/Cx.07 ó 1989
ESF/A/01.09/Cx.08 ó 1990/92
ESF/A/01.09/Cx.09 ó 1996

01.10 ó Comunicados aos sócios ó 1977 a 1993

ESF/A/01.10/Cx.01 ó 1977/79
ESF/A/01.10/Cx.02 ó 1979
ESF/A/01.10/Cx.03 ó 1980/81
ESF/A/01.10/Cx.04 ó 1983/93

02 ó Eleições

02.01 ó Pautas de eleições ó 1975 a 1998
ESF/A/02.01/Cx.01 ó 1975/98

03 ó Expediente

03.01 - Registo da correspondência expedida ó 1977 a 1983

ESF/A/03.01/Lv.01 ó 1977/79
ESF/A/03.01/Lv.02 ó 1980/83

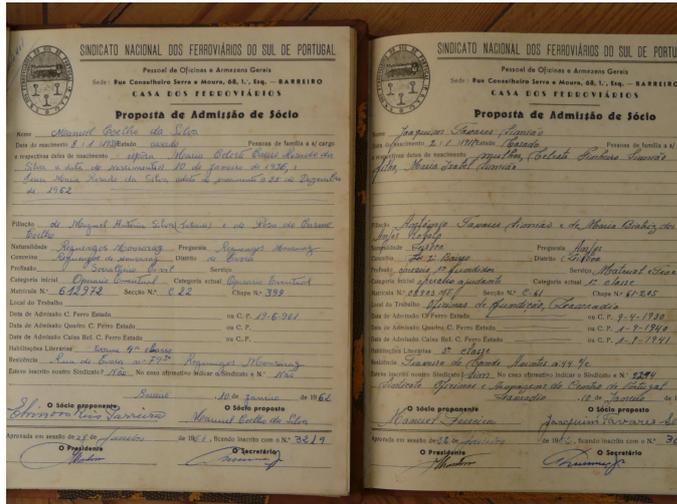
03.02 ó Registo de correspondência recebida ó 1965 a 1983

ESF/A/03.02/Lv.01 ó 1965
ESF/A/03.02/Lv.02 ó 1968
ESF/A/03.02/Lv.03 ó 1970
ESF/A/03.02/Lv.04 ó 1972
ESF/A/03.02/Lv.05 ó 1974
ESF/A/03.02/Lv.06 ó 1975
ESF/A/03.02/Lv.07 ó 1975/76
ESF/A/03.02/Lv.08 ó 1976/78
ESF/A/03.02/Lv.09 ó 1978/79
ESF/A/03.02/Lv.10 ó 1980/83

03.03 ó Copiador de correspondência expedida ó 1965 a 1995

ESF/A/03.03/Cx.01 ó 1965/75
ESF/A/03.03/Cx.02 ó 1976
ESF/A/03.03/Cx.03 ó 1977
ESF/A/03.03/Cx.04 ó 1978
ESF/A/03.03/Cx.05 ó 1979/80
ESF/A/03.03/Cx.06 ó 1980
ESF/A/03.03/Cx.07 ó 1980

- ESF/A/03.03/Cx.08 ó 1981
- ESF/A/03.03/Cx.09 ó 1982
- ESF/A/03.03/Cx.10 ó 1982
- ESF/A/03.03/Cx.11 ó 1984/85
- ESF/A/03.03/Cx.12 ó 1986
- ESF/A/03.03/Cx.13 ó 1990
- ESF/A/03.03/Cx.14 ó 1991
- ESF/A/03.03/Cx.15 ó 1992
- ESF/A/03.03/Cx.16 ó 1993
- ESF/A/03.03/Cx.17 ó 1994/95



03.04 ó Correspondência com Ministérios e entidades estatais ó 1950 a 1977

- ESF/A/03.04/Cx.01 ó 1950/75
- ESF/A/03.04/Cx.02 ó 1965/77

03.05 ó Correspondência com delegações sindicais - 1981

- ESF/A/03.05/Cx.01 ó 1981

03.06 ó Correspondência recebida e expedida com a CP/Comissão de Segurança ó 1965 a 1991

- ESF/A/03.06/Cx.01 ó 1965/86
- ESF/A/03.06/Cx.02 ó 1972/75
- ESF/A/03.06/Cx.03 ó 1974/75
- ESF/A/03.06/Cx.04 ó 1974/76
- ESF/A/03.06/Cx.05 ó 1974/76
- ESF/A/03.06/Cx.06 ó 1976
- ESF/A/03.06/Cx.07 ó 1976
- ESF/A/03.06/Cx.08 ó 1977/78
- ESF/A/03.06/Cx.09 ó 1979/81
- ESF/A/03.06/Cx.10 ó 1979/84
- ESF/A/03.06/Cx.11 ó 1980/81
- ESF/A/03.06/Cx.12 ó 1981/82
- ESF/A/03.06/Cx.13 ó 1982
- ESF/A/03.06/Cx.14 ó 1984/85
- ESF/A/03.06/Cx.15 ó 1988/91

03.07 ó Correspondência com CGTP-IN ó 1974 a 1993

ESF/A/03.07/Cx.01 ó 1974-1975
ESF/A/03.07/Cx.02 ó 1976
ESF/A/03.07/Cx.03 ó 1976/77
ESF/A/03.07/Cx.04 ó 1976/77
ESF/A/03.07/Cx.05 ó 1976/78
ESF/A/03.07/Cx.06 ó 1977
ESF/A/03.07/Cx.07 ó 1978
ESF/A/03.07/Cx.08 ó 1978
ESF/A/03.07/Cx.09 ó 1978/80
ESF/A/03.07/Cx.10 ó 1978/80
ESF/A/03.07/Cx.11 ó 1979
ESF/A/03.07/Cx.12 ó 1979
ESF/A/03.07/Cx.13 - 1980
ESF/A/03.07/Cx.14 ó 1981
ESF/A/03.07/Cx.15 ó 1981/82
ESF/A/03.07/Cx.16 ó 1982
ESF/A/03.07/Cx.17 ó 1983
ESF/A/03.07/Cx.18 ó 1983/94
ESF/A/03.07/Cx.19 ó 1984
ESF/A/03.07/Cx.20 ó 1985
ESF/A/03.07/Cx.21 ó 1986
ESF/A/03.07/Cx.22 ó 1986
ESF/A/03.07/Cx.23 ó 1986
ESF/A/03.07/Cx.24 ó 1993

03.08 ó Correspondência recebida e expedida de outras entidades ó 1954 a 1996

ESF/A/03.08/Cx.01 ó 1954/73
ESF/A/03.08/Cx.02 ó 1954/74
ESF/A/03.08/Cx.03 ó 1956/75
ESF/A/03.08/Cx.04 ó 1964/74
ESF/A/03.08/Cx.05 ó 1970/75
ESF/A/03.08/Cx.06 ó 1974/75
ESF/A/03.08/Cx.07 ó 1975/76
ESF/A/03.08/Cx.08 ó 1975/76
ESF/A/03.08/Cx.09 ó 1976
ESF/A/03.08/Cx.10 ó 1976
ESF/A/03.08/Cx.11 ó 1976/77
ESF/A/03.08/Cx.12 ó 1977
ESF/A/03.08/Cx.13 ó 1978/80
ESF/A/03.08/Cx.14 ó 1979
ESF/A/03.08/Cx.15 ó 1979/80
ESF/A/03.08/Cx.16 ó 1980
ESF/A/03.08/Cx.17 ó 1980/85
ESF/A/03.08/Cx.18 ó 1981
ESF/A/03.08/Cx.19 ó 1981
ESF/A/03.08/Cx.20 ó 1982
ESF/A/03.08/Cx.21 ó 1982
ESF/A/03.08/Cx.22 ó 1983

ESF/A/03.08/Cx.23 ó 1983
ESF/A/03.08/Cx.24 ó 1984/85
ESF/A/03.08/Cx.25 ó 1986
ESF/A/03.08/Cx.26 ó 1986
ESF/A/03.08/Cx.27 ó 1991
ESF/A/03.08/Cx.28 ó 1991
ESF/A/03.08/Cx.29 ó 1991/92
ESF/A/03.08/Cx.30 ó 1993
ESF/A/03.08/Cx.31 ó 1995
ESF/A/03.08/Cx.32 ó 1996



04 ó Pessoal

04.01 ó Registo de admissão de sócios ó 1938 a 1985

ESF/A/04.01/Lv.01 ó 1938
ESF/A/04.01/Lv.02 ó 1938
ESF/A/04.01/Lv.03 ó 1939
ESF/A/04.01/Lv.04 ó 1940
ESF/A/04.01/Lv.05 ó 1945
ESF/A/04.01/Lv.06 ó 1950
ESF/A/04.01/Lv.07 ó 1950
ESF/A/04.01/Lv.08 ó 1954
ESF/A/04.01/Lv.09 ó 1956
ESF/A/04.01/Lv.10 ó 1955/56
ESF/A/04.01/Lv.11 ó 1957
ESF/A/04.01/Lv.12 ó 1958
ESF/A/04.01/Lv.13 ó 1958
ESF/A/04.01/Lv.14 ó 1959
ESF/A/04.01/Lv.15 ó 1960
ESF/A/04.01/Lv.16 ó 1961
ESF/A/04.01/Lv.17 ó 1961
ESF/A/04.01/Lv.18 ó 1962
ESF/A/04.01/Lv.19 ó 1962
ESF/A/04.01/Lv.20 ó 1963

ESF/A/04.01/Lv.21 ó 1967

ESF/A/04.01/Lv.22 ó 1979/85

04.02 ó Boletins de inscrição de sócios ó 1974 a 1990

ESF/A/04.02/Cx.01 ó 1974/76

ESF/A/04.02/Cx.02 ó 1974/76

ESF/A/04.02/Cx.03 ó 1975/78

ESF/A/04.02/Cx.04 ó 1975/77

ESF/A/04.02/Cx.05 ó 1975/79

ESF/A/04.02/Cx.06 ó 1975/76

ESF/A/04.02/Cx.07 ó 1975/76

ESF/A/04.02/Cx.08 ó 1975/78

ESF/A/04.02/Cx.09 ó 1975

ESF/A/04.02/Cx.10 ó 1976

ESF/A/04.02/Cx.11 ó 1975/77

ESF/A/04.02/Cx.12 ó 1975/80

ESF/A/04.02/Cx.13 ó 1979

ESF/A/04.02/Cx.14 ó 1978/90

ESF/A/04.02/Cx.15 ó 1982/90

04.03 - Fichas de sócios ó 1958 a 1976

ESF/A/04.03/Cx.01 ó 1958/68

ESF/A/04.03/Cx.02 ó 1975

ESF/A/04.03/Cx.03 ó 1975

ESF/A/04.03/Cx.04 ó 1975

ESF/A/04.03/Cx.05 ó 1975

ESF/A/04.03/Cx.06 ó 1975

ESF/A/04.03/Cx.07 ó 1975

ESF/A/04.03/Cx.08 ó 1975

ESF/A/04.03/Cx.09 ó 1975

ESF/A/04.03/Cx.10 ó 1976

ESF/A/04.03/Cx.11 ó 1976

ESF/A/04.03/Cx.12 ó 1976

ESF/A/04.03/Cx.13 ó 1976

ESF/A/04.03/Cx.14 ó 1976

04.04 ó Fichas de sócios das Oficinas Gerais do Barreiro ó 1938 a 1957

ESF/A/04.04/Cx.01 ó 1938/57

04.05 ó Fichas de delegados sindicais ó 1983 a 1992

ESF/A/04.05/Cx.01 ó 1983/92

04.06 ó Requerimentos, procurações e atestados ó 1974 a 1993

ESF/A/04.06/Cx.01 ó 1974/77

ESF/A/04.06/Cx.02 ó 1978/80

ESF/A/04.06/Cx.03 ó 1984/88

ESF/A/04.06/Cx.04 ó 1986/91

ESF/A/04.06/Cx.05 ó 1990/92

ESF/A/04.06/Cx.06 ó 1992/93

04.07 ó Listagens de pessoal ó 1939 a 1993

ESF/A/04.07/Cx.01 ó 1939/80

ESF/A/04.07/Cx.02 ó 1988/89

ESF/A/04.07/Cx.03 ó 1989

ESF/A/04.07/Cx.04 ó 1992/93

04.08 ó Envio e recepção de cartões de associado ó 1978 a 1982

ESF/A/04.08/Cx.01 ó 1978/82

04.09 ó Autorização para pagamento de quotas ó 1978 a 2000

ESF/A/04.09/Cx.01 ó 1978/82

ESF/A/04.09/Cx.02 ó 1997

ESF/A/04.09/Cx.03 ó 2000

04.10 ó Comissão de saneamento - 1975

ESF/A.04/10/Cx.01 ó 1975

04.11 ó Dispensas para actividades sindicais ó 1971 a 1982

ESF/A/04.09/Cx.01 ó 1971/74

ESF/A/04.09/Cx.02 ó 1975/82

ESF/A/04.09/Cx.03 ó 1978/82

DATA			DESCRIÇÃO	Preço do custo	
Dia	Mês	Ano			
			Transporte	1.288,22	11,50
31	12	1945	1. Estandarte em setim de seda pura bordado a matiz e ouro	7.612,9	7,03
			1. Espéculo vaginal cisco	4,00	3,1
			1. Esterilizador de ferro esmaltado	7,31	5,6
			1. 2.8 x 8.5	6,57	5,4
			4. Espelhos de boca	2,19	1,4
			2. Estantes	5,33	4,1
			1. Escadote	4,97	4,1
			1. Esterilizador p. seringa de Fischer	5,70	5,6
			1. Espátula imitação de ágata	1,31	1,1
			1. Espátula dura cromada	1,17	1,1
			2. Elevadores de Cl.-Cryner	8,00	4,1
			1. Elevador dentário inoxidável	6,54	5,6
			1. Estilete explorador	1,94	1,1
			1. Estilete porta mecha		

05 ó Contabilidade

05.01 ó Folhas de caixa ó 1959 a 1998

ESF/A/05.01/Cx.01 ó 1959/70

ESF/A/05.01/Cx.02 ó 1960

ESF/A/05.01/Cx.03 ó 1961

ESF/A/05.01/Cx.04 ó 1964

ESF/A/05.01/Cx.05 ó 1965

ESF/A/05.01/Cx.06 ó 1965/66

ESF/A/05.01/Cx.07 ó 1965/67

ESF/A/05.01/Cx.08 ó 1967

ESF/A/05.01/Cx.09 ó 1969

ESF/A/05.01/Cx.10 ó 1969

ESF/A/05.01/Cx.11 ó 1970
ESF/A/05.01/Cx.12 ó 1970
ESF/A/05.01/Cx.13 ó 1971
ESF/A/05.01/Cx.14 ó 1971/72
ESF/A/05.01/Cx.15 ó 1972
ESF/A/05.01/Cx.16 ó 1973
ESF/A/05.01/Cx.17 ó 1973
ESF/A/05.01/Cx.18 ó 1974
ESF/A/05.01/Cx.19 ó 1974
ESF/A/05.01/Cx.20 ó 1975
ESF/A/05.01/Cx.21 ó 1975
ESF/A/05.01/Cx.22 ó 1976
ESF/A/05.01/Cx.23 ó 1977
ESF/A/05.01/Cx.24 ó 1977
ESF/A/05.01/Cx.25 ó 1978
ESF/A/05.01/Cx.26 ó 1978
ESF/A/05.01/Cx.27 ó 1978
ESF/A/05.01/Cx.28 ó 1979
ESF/A/05.01/Cx.29 ó 1980
ESF/A/05.01/Cx.30 ó 1980
ESF/A/05.01/Cx.31 ó 1980
ESF/A/05.01/Cx.32 ó 1980
ESF/A/05.01/Cx.33 ó 1981
ESF/A/05.01/Cx.34 ó 1981
ESF/A/05.01/Cx.35 ó 1981
ESF/A/05.01/Cx.36 ó 1982
ESF/A/05.01/Cx.37 ó 1982
ESF/A/05.01/Cx.38 ó 1982
ESF/A/05.01/Cx.39 ó 1983
ESF/A/05.01/Cx.40 ó 1983
ESF/A/05.01/Cx.41 ó 1983
ESF/A/05.01/Cx.42 ó 1984
ESF/A/05.01/Cx.43 ó 1984
ESF/A/05.01/Cx.44 ó 1984
ESF/A/05.01/Cx.45 ó 1984
ESF/A/05.01/Cx.46 ó 1984
ESF/A/05.01/Cx.47 ó 1985
ESF/A/05.01/Cx.48 ó 1985
ESF/A/05.01/Cx.49 ó 1985
ESF/A/05.01/Cx.50 ó 1985
ESF/A/05.01/Cx.51 ó 1985
ESF/A/05.01/Cx.52 ó 1986
ESF/A/05.01/Cx.53 ó 1986
ESF/A/05.01/Cx.54 ó 1986
ESF/A/05.01/Cx.55 ó 1986
ESF/A/05.01/Cx.56 ó 1986
ESF/A/05.01/Cx.57 ó 1987
ESF/A/05.01/Cx.58 ó 1987
ESF/A/05.01/Cx.59 ó 1987
ESF/A/05.01/Cx.60 ó 1987

ESF/A/05.01/Cx.61 ó 1988
ESF/A/05.01/Cx.62 ó 1988
ESF/A/05.01/Cx.63 ó 1988
ESF/A/05.01/Cx.64 ó 1990
ESF/A/05.01/Cx.65 ó 1990/92
ESF/A/05.01/Cx.66 ó 1992
ESF/A/05.01/Cx.67 ó 1993
ESF/A/05.01/Cx.68 ó 1998
ESF/A/05.01/Cx.69 -1998

05.02 ó Folhas de caixa da delegação de Faro ó 1990 a 1993
ESF/A/05.02/Cx.01 ó 1990/93

05.03 ó Orçamentos ó 1967 a 1983
ESF/A/05.03/Cx.01 ó 1967/71
ESF/A/05.03/Cx.02 ó 1974/83

05.04 ó Balancetes e diários ó 1960 a 1999
ESF/A/05.04/Lv.01 ó 1960/65
ESF/A/05.04/Cx.01 ó 1968/73
ESF/A/05.04/Cx.02 ó 1973/75
ESF/A/05.04/Lv.02 ó 1970/75
ESF/A/05.04/Lv.03 ó 1970/71
ESF/A/05.04/Lv.04 ó 1972/73
ESF/A/05.04/Lv.05 ó 1972/73
ESF/A/05.04/Lv.06 ó 1973/74
ESF/A/05.04/Lv.07 ó 1973/74
ESF/A/05.04/Lv.08 ó 1974/75
ESF/A/05.04/Lv.09 ó 1975
ESF/A/05.04/Lv.10 ó 1975/76
ESF/A/05.04/Lv.11 ó 1975/79
ESF/A/05.04/Lv.12 ó 1976
ESF/A/05.04/Lv.13 ó 1976/77
ESF/A/05.04/Lv.14 ó 1978/80
ESF/A/05.04/Cx.03 ó 1996/99
ESF/A/05.04/Cx.04 ó 1999

05.05 ó Pagamento de impostos ó 1976 a 1992
ESF/A/05.05/Lv.01 ó 1976/78
ESF/A/05.05/Cx.01 ó 1980/83
ESF/A/05.05/Cx.02 ó 1983/86
ESF/A/05.05/Cx.03 ó 1987/96
ESF/A/05.05/Cx.04 ó 1990/92

05.06 ó Extractos de conta ó 1987 a 1999
ESF/A/05.06/Cx.01 ó 1987/89
ESF/A/05.06/Cx.02 ó 1989/96
ESF/A/05.06/Cx.03 ó 1993/97
ESF/A/05.06/Cx.04 ó 1995/99

05.06 ó Ordens de pagamento ó 1960 a 1981

ESF/A/05.06/Cx.01 ó 1960

ESF/A/05.06/Cx.02 ó 1978/81

06 ó Jurídico-Contencioso

06.01 ó Processos judiciais ó 1976 a 1999

ESF/A/06.01/Cx.01 ó 1976/79

ESF/A/06.01/Cx.02 - 1979

ESF/A/06.01/Cx.03 ó 1980/81

ESF/A/06.01/Cx.04 ó 1980/83

ESF/A/06.01/Cx.05 - 1981

ESF/A/06.01/Cx.06 ó 1982/83

ESF/A/06.01/Cx.07 ó 1982/83

ESF/A/06.01/Cx.08 ó 1985

ESF/A/06.01/Cx.09 ó 1985/90

ESF/A/06.01/Cx.10 ó 1985/90

ESF/A/06.01/Cx.11 ó 1987

ESF/A/06.01/Cx.12 ó 1987

ESF/A/06.01/Cx.13 ó 1987

ESF/A/06.01/Cx.14 ó 1987/89

ESF/A/06.01/Cx.15 ó 1990

ESF/A/06.01/Cx.16 ó 1990

ESF/A/06.01/Cx.17 ó 1990/92

ESF/A/06.01/Cx.18 ó 1990/92

ESF/A/06.01/Cx.19 ó 1990/91

ESF/A/06.01/Cx.20 ó 1991

ESF/A/06.01/Cx.21 ó 1992

ESF/A/06.01/Cx.22 ó 1992

ESF/A/06.01/Cx.23 ó 1992

ESF/A/06.01/Cx.24 ó 1993/94

ESF/A/06.01/Cx.25 ó 1995/96

ESF/A/06.01/Cx.26 ó 1995/96

ESF/A/06.01/Cx.27 ó 1996

ESF/A/06.01/Cx.28 ó 1996

ESF/A/06.01/Cx.29 ó 1996

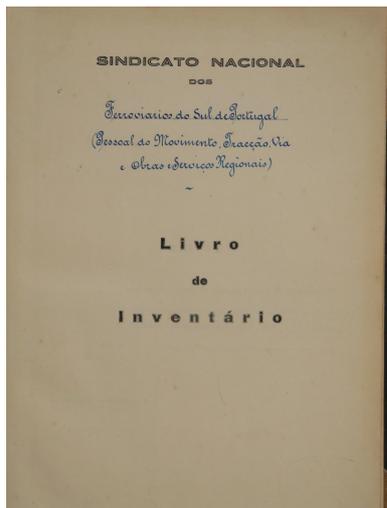
ESF/A/06.01/Cx.30 ó 1996/99

ESF/A/06.01/Cx.31 ó 1997

ESF/A/06.01/Cx.32 ó 1997-1999

ESF/A/06.01/Cx.33 ó 1998

ESF/A/06.01/Cx.34 ó 1999



07 ó Património

07.01 ó Inventários ó 1945 a 1977

ESF/A/07.01/Lv.01 ó s/d

ESF/A/07.01/Lv.02 ó 1945/66

ESF/A/07.01/Lv.03 ó 1974/77

07.02 ó Processos de obras ó 1987 a 1991

ESF/A/07.02/Lv.01 ó 1987/91

08 ó Actividades e eventos

08.01 - Organização de festas e comemorações ó 1986 a 1990

ESF/A/08.01/Cx.01 ó 1986/90

08.02 ó Encontros de trabalhadores ó 1978 a 1989

ESF/A/08.02/Cx.01 ó 1978/89

ESF/B ó Fundo Fotográfico

01 ó Positivos ó 1975 a 1991

01.01 ó Sindicato ó 1975 a 1990

ESF/B/01.01/Cx.01-1975/90

01.02 ó Festas de Natal ó 1979 a 1989

ESF/B/01.02/Cx.01-1979/89

01.03 - Encontros de ferroviários ó 1978 a 1989

ESF/B/01.03/Cx.01-1978/89

01.04 ó Aniversários da nacionalização da CP ó 1976 a 1991

ESF/B/01.04/Cx.01-1976/91

02 ó Negativos ó 1975 a 1991

ESF/B/02/Cx.01-1975/91



ESF/C ó Acervo Bibliográfico

01 ó Publicações periódicas

01.01 ó O Ferroviário ó 1974 a 1977
ESF/C/01.01/Cx.01 ó 1974/77

01.02 ó O Boletim da CP ó 1992 a 1993
ESF/C/01.02/Cx.01 ó 1992/93

01.03 ó A Alavanca ó 1977 a 1979
ESF/C/01.03/Cx.01 ó 1977
ESF/C/01.03/Cx.02 ó 1975/79

01.04 ó Recortes de jornal ó 1986 a 1991
ESF/C/01.04/Cx.01 ó 1986/91

02 ó Biblioteca do Sindicato dos Ferroviários

Total de **394 livros** técnicos e de ficção, de autores portugueses e estrangeiros.

Autoria: MOTTA, Fernando da (2008), Guia documental do Sindicato dos Ferroviários CMB.